

# MÍRIAM LEITÃO



PANORAMA ECONÔMICO

## No rastro da crise

• A economia americana começou recentemente a entrar no terreno positivo, com sinais de crescimento. A Europa ensaia uma saída da crise que a sacudiu nos últimos meses. Justo agora, um fator perturbador de grandes proporções apareceu no painel de controle: o preço do petróleo. Ele pode elevar a inflação, afetar taxas de juros, abortar recuperações.

A Agência Internacional de Energia (AIE) alertou ontem exatamente para esse risco em cadeia. Os eventos separados têm efeito local, mas juntos eles aumentam o nível de incerteza sobre o suprimento de petróleo. Se o Egito é importante para a logística do produto, por causa do Canal de Suez, a Líbia é o terceiro maior produtor da África e tem a maior reserva do continente. Há outros produtores que podem entrar em ebulição.

O economista-chefe da AIE, Fatih Birol, disse que a recuperação da economia global está ainda muito frágil e que a alta do petróleo pode deteriorar a balança comercial de vários países, elevar a inflação, já pressionada por outras commodities, obrigando os bancos centrais a elevarem as taxas de juros, o que ameaçaria a recuperação.

Pode-se dizer que o risco não é tão alto dado que a Líbia produz apenas 1,6 milhão de barris por dia, ou 2% da produção mundial, mas os estoques podem não ser

suficientes para cobrir o suprimento. A ENI, gigante italiana, anunciou ontem que suspendeu parcialmente sua produção de 150 mil barris/dia na Líbia. Fontes ouvidas pelo "Financial Times" calculam que metade da produção do país pode ter sido suspensa.

Mesmo que a Opep consiga elevar a produção para cobrir a falta de um fornecedor no mercado, o que está se espalhando é a incerteza. E nesse ambiente a especulação opera. "Os especuladores podem jogar uma parte do jogo, mas o mais importante é o risco de suprimento. Eles podem detonar uma elevação de preços, mas vão atuar em campo fértil, onde há problema real entre oferta e demanda", disse o economista da AIE, acrescentando que "a estabilidade da economia global está sob ameaça com os preços do petróleo entrando numa área de perigo."

Países da região produtora de petróleo mais importante do mundo estão en-

frentando seus dilemas internos. Isso é tão desejável, quanto inevitável. Cada país tem uma situação específica, mas vários deles têm encontros com a verdade: uma população jovem, conectada em redes, querendo emprego, modernização, participação nas decisões do país. Para a economia, no entanto, isso significa incerteza, que representa risco. Neste ambiente, os preços sobem e as decisões de investimento são adiadas. Nada disso faz bem a países que davam os primeiros passos para a recuperação.

A região mais atingida pelo risco Líbia é a Europa. Não apenas porque compra 79% do óleo do país africano, mas porque a Líbia tem muitos investimentos na Itália, como um pedaço da Fiat, por exemplo. O fundo do próprio Muamar Kadafi comprou participações em empresas e empreendimentos italianos. Enquanto os rebeldes chegam cada vez mais perto de Trípoli, outros países começam

a fazer concessões. O Bahrein anunciou libertação de presos políticos e o governo da Arábia Saudita anunciou aumento de benefícios sociais para a população.

Os economistas estão dizendo que a escalada de revoltas no norte da África e Oriente Médio cria um novo tipo de risco de contágio soberano. O Bank of America Merrill Lynch calculou que os eventos recentes na Líbia elevaram mais o preço do barril do que a queda do ditador egípcio, Hosni Mubarak. Enquanto o petróleo WTI disparou 8,5% nos dois primeiros dias desta semana, na queda de Mubarak o ajuste foi bem menor, de 4,5%. Ontem, o petróleo americano furou a barreira dos US\$ 100. O Brent foi a US\$ 111. O economista Helder Queiroz, da UFRJ, calcula que os preços podem

voltar à cotação de antes da crise de 2008: US\$ 145.

A economista Monica Bolle, da Galanto consultoria, diz que a Líbia é um país com potencial sistêmico, ou seja, capaz de desencadear efeitos de contágio na economia mundial:

— A Líbia pode se transformar num problema sistêmico, ou seja, com potencial desorganizador da economia internacional porque possui muita reserva de petróleo. Por ser um país tribal, as soluções não são simples.

O mundo começa a se lembrar, uma vez mais, que é excessivamente dependente de um produto que vai se esgotar e que tem grandes reservas numa área conflagrada. David Zylberstajn acha que outras fontes de energia, renováveis, não fósseis, podem se beneficiar de mais uma onda de temor dos países consumidores. Uma das promessas do presidente Barack Obama foi de conduzir a

recuperação da economia diminuindo a dependência da energia fóssil. Mas a matriz energética americana não permite maiores esperanças.

Em 2009, o crescimento do consumo de energia a partir de fontes renováveis foi de 8% nos Estados Unidos. O problema é que a base de comparação é muito baixa. Enquanto o petróleo representa 35% da matriz; o gás natural, 25%; e o carvão, 21%; as fontes renováveis são apenas 8%, segundo dados da Energy Information Administration, a agência americana de estatísticas de energia. Em relação ao consumo de energia elétrica, a projeção é saltar de 10% para 17% de fontes renováveis somente em 2035.

A dificuldade, segundo a agência americana, são os custos. Instalar e operar as plantas de geração renovável é mais caro que as de tecnologia convencional. Além disso, as áreas no país propícias para a energia eólica, por exemplo, ficam longe dos grandes centros, encarecendo custos na transmissão da energia.

Esse é o argumento que tem mantido a inércia do combustível fóssil, que aumenta o risco da mudança climática, e produz momentos de incerteza como os que se vive hoje.

## Avanço do mínimo no PIB é bancado pela classe média

Defensor da regra de reajuste do salário mínimo, que repõe as perdas inflacionárias e acompanha o desempenho da economia, o diretor do **Instituto de Economia** da **UFRJ**, João Saboia, discorda do que a criticam sob o argumento de que congela a participação daquela faixa salarial no PIB, não sendo, portanto, instrumento ideal para distribuição de renda. Ele argumenta que, em países como o Brasil, a alta do PIB é sempre supera a do PIB per capita, devido ao crescimento da população.

Saboia, porém,, admite que os ganhos do mínimo não necessariamente se dão em detrimento dos lucros, pois os trabalhadores de faixa salarial superior podem estar financiando os ganhos da base: "Para que a distribuição funcional da renda melhore (aumento do peso dos salários na renda nacional) é preciso que os demais assalariados também consigam aumentos salariais acima da produtividade (PIB per capita). Caso contrário, os ganhos dos que recebem o mínimo podem ser compensados por perdas dos demais assalariados e a distribuição funcional da renda pode acabar piorando", ressalva, acrescentando, porém, que segundo o IBGE, a distribuição funcional da renda tem melhorado nos últimos anos.

O IBGE, porém, não capta a renda financeira, proveniente de juros, aluguéis e ações.

## As ondas do poder e os ciclos da moeda

José Luís Fiori

Em geral não se reconhece a importância que tiveram as novas relações dos EUA com a URSS e com a China, na década de 1970, para ampliar o espaço monetário do dólar, fora do sistema capitalista, e impor a nova política monetária dos EUA aos seus aliados do mundo capitalista. “The time has come for a new economic policy for the United States.. Accordingly, I have directed the Secretary of the Treasury to suspend temporarily the convertibility of the American dollar...” Speech by Richard Nixon, 15 August 1971

Na história do sistema capitalista, só existiram duas moedas internacionais: a Libra e o Dólar. E só se pode falar da existência de três sistemas monetários globais: o “padrão ouro”, que ruiu na década de 1930; o “padrão dólar”, que terminou em 1971; e o “padrão dólar-flexível”, que nasceu na década de 1970 e está passando por uma turbulência, neste início do Século XXI. Os dois primeiros sistemas se apoiaram numa relação fixa entre a Libra e o Dólar, e uma base metálica comum, o ouro; mas o terceiro sistema, o “dólar-flexível”, não tem nenhum tipo de padrão metálico de referência, apoiando-se apenas no poder dos EUA de definir o valor da sua moeda nacional/internacional, e dos seus títulos da dívida pública.

Apesar de certa imprecisão histórica, se pode dizer que o “padrão ouro” nasceu depois da vitória inglesa nas guerras bonapartistas, e junto com a supremacia econômica britânica, na América e na Índia. Por sua vez, o “padrão dólar” só se impõe a todo mundo capitalista, depois da vitória americana na II Guerra Mundial. O “sistema dólar-flexível”, entretanto, nasceu de forma diferente, de uma decisão unilateral e “pacífica”, tomada pelo governo americano. EUA. No dia 15 de agosto de 1971, o presidente Richard Nixon decretou o fim da conversibilidade do dólar em ouro, estabelecida em Bretton Woods, em 1944, num discurso à Nação em defendeu a necessidade de um novo sistema monetário internacional. No mesmo discurso, Richard Nixon explicou aos “países amigos” que haviam terminado a época dos “desenvolvimentos a convite”, patrocinados pelos EUA, e responsável pelo sucesso de algumas economias nacionais que agora estavam competindo com a própria economia norte-americana. Por isto, Richard Nixon apelava aos

governos amigos para que colaborassem com a desvalorização do Dólar e o restabelecimento do equilíbrio econômico mundial.

Alemanha, Japão e França aceitaram a imposição americana e valorizaram suas moedas, aceitando Smithsonian Agreement, que vigorou durante 14 meses. Depois disto, a história se complicou, e os EUA tiveram que apelar - no final dos anos 70 - para uma política agressiva de valorização unilateral do dólar, que provocou uma recessão e um ajuste radical da economia mundial, que tomou toda a década de 1980. Mas apesar dos seus efeitos negativos sobre o “resto do mundo”, é possível dizer que o novo sistema “dólar-flexível” foi um sucesso do ponto de vista dos grandes interesses econômicos americanos, públicos e privados, durante pelo menos 25 anos..

Esta história econômica é bastante conhecida, mas em geral não se inclui na explicação do sucesso dos EUA, outras coisas que passaram no mesmo ano de 1971. Para começar, no mês de maio de 1971, os EUA e a URSS anunciaram o início de negociações com vistas a um acordo de limitação dos seus sistemas balísticos, e sobre vários tópicos de interesse comercial. Negociações que culminaram com a reunião de cúpula realizada em Moscou, um ano depois, quando os presidentes Richard Nixon e Leonid Brezhnev assinaram o primeiro Tratado de Controle de Armamentos, SALT I, e vários outros acordos comerciais que marcam o início da détente, entre EUA e URSS, vigente durante toda a década de 1970.

Por outro lado, no mesmo mês de maio de 1971, o governo americano respondeu positivamente à proposta feita pelo primeiro-ministro chinês, Chou En-lai, de iniciar negociações visando uma reunião de cúpula entre os presidentes dos EUA e da China. Os passos que foram dados em seguida pelos dois governos mudaram a face do mundo, começando pela visita secreta de Henry Kissinger à Pequim, em julho de 1971, e culminando com a reunião entre os presidentes Richard Nixon e Mao Tsé-Tung, realizada em fevereiro de 1972. Na época, Henry Kissinger escreveu uma nota para o presidente Nixon, dizendo: “estabelecemos a base para você e Mao virarem uma página da história. O processo que iniciamos agora enviará ondas supersônicas por todo o mundo...”. E de fato, a relação entre EUA e China que nasceu naquele momento revolucionou a história mundial. O que em geral não se reconhece, entretanto, é a importância que tiveram as novas relações dos EUA com a URSS e com a China, para ampliar o espaço monetário do dólar, fora

do sistema capitalista, e impor a nova política monetária dos EUA aos seus aliados do mundo capitalista. Uma boa lição para antecipar os próximos passos, no momento em que os EUA procuram -, uma vez mais – “ajustar”, a sua moeda e a sua economia nacional, seguindo a coreografia de 1971.